

2021

Relatório de Atividades

1º Trimestre



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Presidência

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Vice-Presidência

Conselheiro Renato Martins Costa

Corregedoria

Antonio Roque Citadini

Conselheiros

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Ramalho

Corpo de Auditores

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

Denis Dela Vedova Gomes

Luiz Claudio Manfio

João Carlos Pietropaolo

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	28
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:	29
2.1	FÍSICOS.....	29
2.2	ELETRÔNICOS	30
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	31
3.1	PELO TRIBUNAL PLENO.....	31
3.2	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	31
3.3	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	31
3.4	PELO CORPO DE AUDITORES	31
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC	32
5.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	32
6.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	33
6.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	33
6.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	33
6.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II	33
6.1.2.1.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	36
6.1.3.	Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ.....	37
6.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	37
6.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	38
6.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	38
6.2.1.1.	Planejamento e Orçamento	38
6.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44
6.4.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	45
6.5.	CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP	48
6.6.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	48
6.7.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP	50
6.8.	OUVIDORIA.....	51
6.9.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	51
6.10.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	53
6.11.	CERIMONIAL	53
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
8.	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	29
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	33
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	34
Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	34
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas Correntes.....	41
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas de Capital	41
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas Correntes	42
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas de Capital	42
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas Correntes.....	43
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas de Capital	43
Tabela 11 – Comunicados expedidos pelo GP	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 1º Trimestre.....	32
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	35
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	36

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO SIDNEY
ESTANISLAU BERALDO
Presidente

Tendo como foco a atuação preventiva e pedagógica, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo definiu adotar como prioridades para o exercício de 2023 ações de orientação aos entes fiscalizados e de capacitações aos servidores que atuam no controle externo.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelo TCE no primeiro trimestre visaram ao aperfeiçoamento do seu corpo técnico – a exemplo da realização do 27º Ciclo de Aperfeiçoamento Pessoal (CAAPEFIS) com mais de 800 servidores lotados na Capital e nas 20 Unidades Regionais (URs) das áreas de Fiscalização, Administração e Tecnologia da Informação – e dos jurisdicionados – com o início do 27º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, que, este ano, percorrerá dez municípios do interior e do litoral paulistas para orientar acerca do uso adequado dos recursos públicos.

Dentro desse contexto, para instruir gestores, servidores e ordenadores de despesas a respeito das alterações legislativas, da jurisprudência e das mais recentes instruções publicadas, o TCE reeditou e disponibilizou em seu portal institucional 18 manuais de orientação.

Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente Relatório, elaborado em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, e que reúne as principais atividades desenvolvidas no decorrer do 1º Trimestre do Exercício de 2023, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa interna.

Servidores do TCESP participam do 27º CAAPEFIS



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou a **27ª edição do Ciclo de Aperfeiçoamento Pessoal (CAAPEFIS)**. O evento, que teve como foco central o compartilhamento de informações e a atualização de conhecimentos, **contou com a participação de, aproximadamente, 800 servidores da Corte de Contas das áreas de Fiscalização, Administração e Tecnologia da Informação.**

O encontro foi realizado presencialmente, nas dependências do Centro de Convenções Rebouças, na Capital paulista. Nos últimos dois anos, em função da pandemia da COVID-19, as palestras e os debates ocorreram de forma virtual, com o uso do sistema de videoconferência.

Ao longo de três dias de programação, ocorreram painéis, exposições, mesas de debates e palestras temáticas sobre questões pertinentes ao exercício do controle externo: Nova Lei de Licitações, Previdência, LGPD, Segurança da Informação, Planejamento Estratégico, Fundeb, Obras Públicas, Contas Municipais, Saneamento Básico, Controle Interno, Concessões e PPPs, entre outros.

O encontro, com apoio logístico da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) 'Presidente Washington Luís', teve a presença do Senhor Presidente, de membros do Colegiado e do Ministério Público de Contas (MPC) junto ao TCESP, de Diretores de diversos setores da Casa e servidores com lotação na Capital e nas 20 Unidades Regionais distribuídas no Estado.

Encontro com gestores públicos em parceria com o Sebrae-SP



Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP), o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, no dia 19 de janeiro, no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, na Capital paulista, o II Encontro com Gestores Públicos.

O evento contou com a participação de representantes de municípios do interior, do litoral e da Região Metropolitana de São Paulo e debateu temas relacionados aos desafios do planejamento municipal e ao fortalecimento de mecanismos de compras públicas.

Durante o encontro também foi lançado o curso EAD “Trilhas de Planejamento para Municípios”, que objetiva capacitar gestores e servidores para que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada e transparente pela Administração Pública, em benefício da sociedade.

As palestras, divididas em dois períodos, tiveram mais de 2 mil visualizações simultâneas e puderam ser acompanhadas, na íntegra, no canal da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) no YouTube.



Assista às palestras e ao lançamento do curso EAD “Trilhas de Planejamento para Municípios”.



Novos manuais de orientação do TCE aos jurisdicionados



Com a finalidade de instruir gestores, servidores e ordenadores de despesas acerca das alterações legislativas, da jurisprudência e das mais recentes instruções publicadas, o **Tribunal de Contas do Estado reeditou 18 manuais de orientação**.

As publicações contêm atualizações referentes a temas como remuneração de Agentes Políticos, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Parcerias Público-Privadas, Contas do Governador, financiamento de ações e serviços públicos de Saúde, gestão financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais, aplicação no Ensino, Licitações e Contratos, Lei de Responsabilidade Fiscal, Previdência, entre outros.

Os materiais são destinados a Prefeituras, Câmaras Municipais, Agências Reguladoras, Secretarias Estaduais, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Unidades Gestoras e a todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que estão sob jurisdição da Corte de Contas paulista.

A atualização dos manuais vai ao encontro da atuação preventiva e pedagógica do TCE, que, por meio de ações educativas e atividades de capacitação, pretende **orientar para o correto cumprimento da legislação e aplicação dos recursos públicos**. Redigidos em linguagem simples, clara e objetiva, as publicações têm o objetivo de ser uma fonte ágil de consulta e estão disponíveis para leitura no Portal do TCESP.



Acesse o QRCode ao lado e faça o download de todos os manuais de orientação editados pelo Tribunal de Contas.



Painel de Concessões de Rodovias



O TCESP também **lançou em seu portal institucional o ‘Painel Concessões de Rodovias’**. A plataforma tem o objetivo de veicular informações sobre contratos firmados entre o Estado de São Paulo e as empresas que administram rodovias paulistas. A ferramenta proporciona publicidade e transparência a informações de interesse público e facilita o controle externo e social da Administração Pública.

Dentre outras funcionalidades, o cidadão tem acesso aos principais dados dos contratos, tais como valor e vigência correspondentes; investimentos previstos e realizados; quantidade de obras paralisadas ou atrasadas; extensão dos trechos concedidos; municípios pelos quais passam as estradas; quantidade de postos de pedágios; e processos de fiscalização instaurados pelo TCESP. A plataforma foi desenvolvida com base em informações colhidas junto à Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e a partir de dados colhidos pelas equipes de fiscalização do TCE.

As informações disponibilizadas referem-se a contratos firmados nas modalidades concessão comum e patrocinada (Parceria Público-Privada). O painel será atualizado anualmente. O Tribunal de Contas do Estado é o órgão responsável por fiscalizar e avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade das ações e decisões dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual, incluindo as licitações e a execução dos contratos de concessão de rodovias.



Acesse o novo Painel Concessões de Rodovias no portal do TCESP por meio do QRCode ao lado.



TCE divulga resultados do IEG-M

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo anunciou os resultados, calculados a partir de dados de 2021, do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). O levantamento apontou que o IEG-M teve, em 2022, o pior resultado desde o início da série histórica, iniciada em 2015. Criado para medir o desempenho das Prefeituras, o indicador é composto por sete dimensões: Planejamento, Educação, Saúde, Gestão Fiscal, Ambiental, Cidade (Defesa Civil) e Tecnologia da Informação.

No estudo, o Tribunal de Contas do Estado examina dados de 644 municípios paulistas (todos, exceto da Capital). Em 2022, pela primeira vez, a nota geral do IEG-M foi “C” (baixo nível de adequação), a mais baixa do indicador. Nenhuma cidade recebeu avaliação A ou B+ e a maioria (447) obteve nota C. Na análise por áreas, a Saúde foi considerada C+ e a Educação, C.

As informações para o cálculo do índice são fornecidas pelas administrações municipais e validadas, por amostragem, pelas equipes de fiscalização do TCESP. São cinco as faixas de classificação: altamente efetiva (A); muito efetiva (B+); efetiva (B); em fase de adequação (C+) e baixo nível de adequação (C).



Utilize o QRCode ao lado para ver os resultados completos do IEG-M, disponíveis no portal do TCESP.



Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais



Em março, a **Corte de Contas paulista** deu início à **27ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**. A primeira reunião ocorreu no município de Presidente Prudente e **reuniu o maior número de Prefeitos da região da história do evento**. Isso porque dos 60 chefes de Executivo convidados, 49 compareceram, o equivalente a mais de 80%.

Ao todo, cerca de 600 pessoas participaram das palestras, entre Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores, servidores e técnicos.

Durante o evento, foram realizados debates sobre temas como: Terceiro Setor; Planejamento; Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021); novas ferramentas de tecnologia utilizadas pelo TCESP na fiscalização; e o Índice de Efetividade da Gestão Municipal, indicador que hoje tem papel decisivo na emissão dos pareceres prévios da Corte.

Os encontros previstos para o decorrer do ano acontecem em São José do Rio Preto (13/4); São José dos Campos (24/4); Sorocaba (25/5); Santos (29/5); Campinas (5/6); Bauru (29/6); Araraquara (3/8); Ribeirão Preto (24/8); e Araçatuba (14/9).



Confira o calendário completo do Ciclo de Debates do TCESP e saiba mais sobre o evento.



Planejamento Estratégico para o ciclo 2022-2026



Empossado Vice-Presidente da Corte de Contas no início de fevereiro, o **Conselheiro Renato Martins Costa assumiu a coordenação do Planejamento Estratégico do ciclo 2022-2026, durante a segunda reunião do Comitê dedicado ao tema.**

No encontro, que também contou com a participação do Senhor Presidente, do Chefe de Gabinete desta Presidência, José do Carmo Mendes Júnior, e de representantes dos Gabinetes e de Diretorias da Casa, foram apresentados projetos concluídos em 2022 e iniciativas programadas para 2023. Ainda estiveram presentes os 12 gestores de objetivos e mais de 40 gerentes de ações.

Os projetos englobam a promoção de desenvolvimento sustentável; o fortalecimento da transparência e do controle social; a melhoria da gestão pública e da prevenção de erros e fraudes; o avanço na efetividade da fiscalização; a expansão da atuação preventiva e orientativa; a promoção da gestão integrada; o redesenho de processos finalísticos, operacionais e de suporte; o aperfeiçoamento da comunicação institucional externa e interna; o aprimoramento das ações de capacitação interna; a reestruturação e dinamização da gestão de pessoas; e a promoção contínua da inovação e da evolução digital.



Para saber mais sobre o Planejamento Estratégico para o ciclo 2022-2026 acesse o portal do TCESP.



Posse de novos servidores



Em fevereiro, o TCE realizou, no Auditório ‘Ministro Genésio de Almeida Moura’, na Capital, **ato de posse de 15 Agentes da Fiscalização e dois Agentes da Fiscalização-Administração, aprovados em concurso público homologado em 2018**. Na cerimônia, os novos servidores assinaram o termo de posse e receberam um *kit* com material informativo e institucional. Eles participaram, ainda, de curso oferecido pela EPCP. O treinamento apresentou as atribuições e os deveres dos servidores.

Tribunal disponibiliza décima edição da revista “Cadernos”



O **Tribunal de Contas, por meio da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), lançou a décima edição da revista acadêmica “Cadernos”**. Editada semestralmente, a publicação trouxe como tema principal a Inovação na Administração Pública e divulgou os trabalhos ganhadores do 1º Concurso de Monografias do TCESP, sobre orçamento público.



A íntegra da décima edição da revista “Cadernos” está disponível para leitura e download na página da EPCP.



Conselheiro Dimas Ramalho assume Comitê de Tecnologia da Informação



O Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão administrativa realizada em 1º de fevereiro, designou o Conselheiro Dimas Ramalho como Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação.

O comitê, de caráter consultivo, é responsável por orientar as ações e os investimentos da área de Tecnologia da Informação da instituição; avaliar a governança e gestão do uso de TI; coordenar, articular e monitorar o estado atual dos projetos; e solucionar conflitos de recursos.

TCE promove curso com membros dos Conselhos Municipais de Saúde



Em sua vertente pedagógica, o ***Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou live para esclarecer as principais dúvidas e questões relacionadas à composição, estruturação e competências dos Conselhos Municipais de Saúde*** e

abordar assuntos relacionados à elaboração do parecer anual pelo órgão colegiado. As instruções foram passadas pelo Diretor Técnico de Divisão Elias Santos Ferreira (DF-7) e pelo Chefe-Técnico da Fiscalização Rodrigo Marques Rodrigues. A capacitação foi transmitida em tempo real pelo canal da EPCP no YouTube.

TCESP celebra Dia Internacional da Mulher com série especial de palestras



Como parte das **comemorações ao Dia 8 de Março**, o **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, nos dias 10 e 13 de março, debates relacionados aos direitos das mulheres e à violência racial e de gênero.**

Organizado pela Ouvidoria da Corte e pela Diretoria de Saúde e Assistência Social (DASAS), o evento aconteceu no Auditório Nobre, na Capital, com transmissão simultânea das palestras pelo canal do TCESP no YouTube.

Entre as convidadas dos encontros estiveram as Delegadas Rosmary Corrêa, responsável pela criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher em São Paulo, e Daniela Attab del Nero, encarregada da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de São Caetano do Sul.

Também participaram a Assistente Social Andreia Miguel, Suplente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa das Mulheres, a Advogada Elisabete Montesano, entre outras convidadas.

A série de palestras em alusão ao Dia Internacional da Mulher foi encerrada com uma apresentação especial do Coral do Corpo Musical da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Acesse o canal da EPCP no YouTube e assista às palestras do Dia da Mulher.



TCESP participa do III Congresso de Gestão Municipal



Para auxiliar os gestores em relação a temas que envolvem a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), o Tribunal de Contas participou do III Congresso de Gestão Municipal. O evento, realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 2 de março, foi organizado pelo Instituto Paulista de Gestão Municipal (IPGM) e teve um painel dedicado à visão do TCESP sobre o novo diploma legal.

A palestra foi proferida pelo Vice-Presidente da Corte de Contas paulista, Conselheiro Renato Martins Costa, e pelo Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi. O debate incluiu ainda a Advogada e Secretária-Geral do IPGM, Flávia Palavéri, e os Prefeitos Edinho Araújo (São José do Rio Preto), José Auricchio Júnior (São Caetano do Sul) e Gustavo Perissinotto (Rio Claro). Mais de 300 pessoas participaram do Congresso.

TCE realiza campanha de doações para desabrigados do litoral do Estado



Unindo-se aos milhares de brasileiros no socorro às vítimas das chuvas no litoral paulista, no início de março, **o Tribunal lançou a campanha “TCESP Solidário”.** Foram **coletados alimentos não perecíveis; itens de higiene pessoal e de limpeza; entre outros.** Os donativos

foram encaminhados ao Governo do Estado, que se encarregou da distribuição dos produtos.

Tribunal promove capacitações sobre Sistema Audesp



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, nos dias 16 e 17 de março, no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, na Capital, **capacitações sobre a Fase IV ‘Licitações e Contratos’ e a Fase V ‘Repasses Públicos ao Terceiro Setor’ do Sistema de Auditoria Eletrônica do Estado de São Paulo (Audesp)**.

O evento contou com apresentações sobre a reformulação do Sistema e proporcionou aos participantes uma visão geral acerca da captura de dados da Fase IV, alterada em razão das mudanças estabelecidas pela nova Lei n.º 14.133/2021, que trata de licitações e contratos administrativos. As orientações incluíram, ainda, instruções sobre a prestação de contas de repasses públicos ao Terceiro Setor.

As atividades foram orientadas pelo Chefe Técnico da Fiscalização, César Schneider (Audesp), e pelos Agentes da Fiscalização (TI) Edson Luis Vieira e Paulo Antonio Veronez Junior. O curso teve como público-alvo servidores municipais e estaduais dos órgãos jurisdicionados, bem como técnicos das áreas de TI e desenvolvedores de soluções tecnológicas para o atendimento das demandas dos órgãos públicos. As capacitações foram transmitidas em tempo real pela internet.



Acesse o canal da EPCP no YouTube e assista às palestras sobre as novidades das Fase IV e V do Sistema Audesp.



Auditoria do TCE aponta falhas na prevenção e no combate a desastres naturais



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio de despacho do Conselheiro Antonio Roque Citadini, Relator do processo de Contas do Governador referente ao exercício de 2022, solicitou ao Governo do Estado esclarecimentos sobre possíveis irregularidades e falhas na atuação e prevenção de catástrofes e desastres naturais.

Com base em **auditoria operacional realizada pela Diretoria de Contas do Governador (DCG) durante o ano de 2022** e concluída em março deste ano, o Conselheiro apontou **situações que evidenciaram falhas na execução do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos (PDN)**.

No relatório de auditoria, foram apontados problemas nos postos de monitoramento meteorológico; destacadas falhas na emissão de alertas; e constatada a ausência de Núcleos de Proteção e Defesa Civil nos municípios, entre outras deficiências.

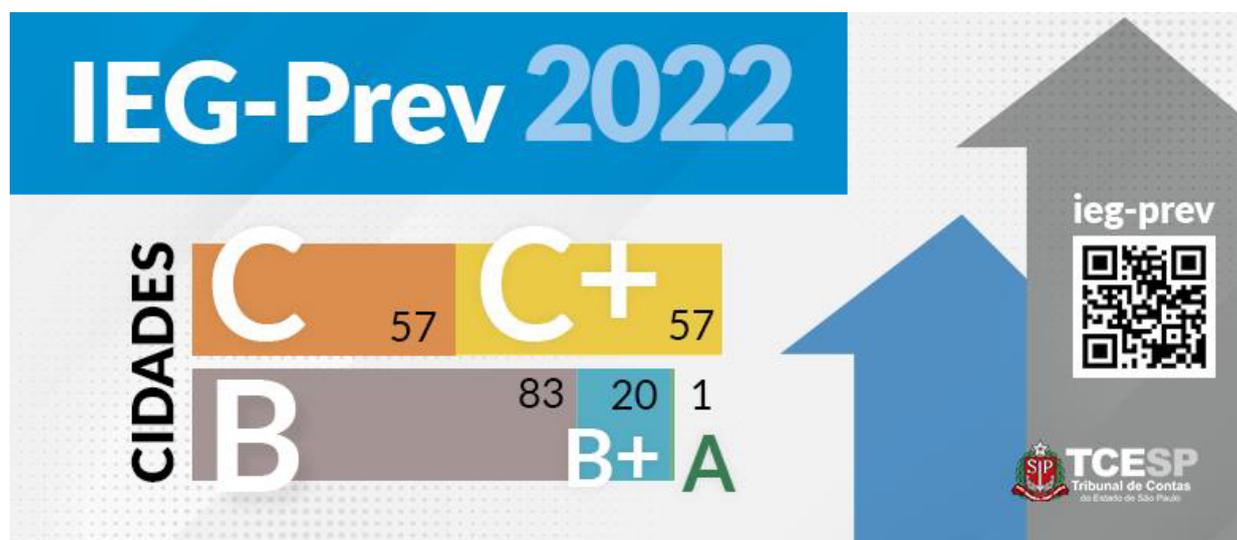
O Relator, cujo voto sobre as contas do Governador será apreciado durante sessão plenária em junho, emitiu um despacho, em 14 de março, concedendo prazo de 15 dias para que o Estado esclareça a execução e os investimentos feitos no âmbito do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC).



Faça a leitura do QRCode para ter acesso à íntegra do Relatório de Fiscalização Operacional sobre prevenção de desastres naturais.



Levantamento mostra piora na gestão previdenciária dos municípios



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo anunciou os resultados do Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal (IEG-Prev) de 2022, referente aos dados coletados no exercício de 2021.

Segundo levantamento feito pela Corte, houve queda na qualidade da administração e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). **O estudo revelou que mais da metade dos 218 municípios pesquisados receberam avaliações C ou C+, as piores notas do indicador.**

Conforme as informações divulgadas, 57 cidades obtiveram a classificação mínima (C), o que corresponde a 26% do total, exatamente o mesmo percentual das que conseguiram C+. Isso significa que 52% dos municípios examinados estão nas faixas C ou C+, um aumento em relação a 2021, quando a soma dessas duas notas totalizou 44%.

Criado pelo TCESP para acompanhar e reduzir os impactos dos custos fiscais dos RPPS, o IEG-Prev é um instrumento para análise de suas condições financeiras e atuariais. São cinco as avaliações possíveis: A (altamente efetiva), B+ (muito efetiva), B (efetiva), C+ (em fase de adequação) e C (baixo nível de adequação).



Entre no infosite e veja os dados completos do IEG-Prev 2022 (ano-base 2021).



Nova Lei de Licitações é tema de seminário no TCE



O Tribunal de Contas realizou, no dia 23 de março, no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, **seminário sobre a “Lei de Licitações e Contratos”**. O evento, direcionado a servidores municipais e estaduais, advogados, acadêmicos de Direito e à sociedade em geral, foi transmitido em tempo real pela TVTCE e pelo YouTube.

As palestras reuniram cerca de 300 pessoas na sede do TCESP, na Capital paulista, e tiveram mais de 21 mil visualizações ao longo do dia.

Durante a programação foram debatidos os desafios práticos da Lei nº 14.133/2021, seus impactos e o entendimento da Corte sobre as alterações introduzidas pelo diploma. Na oportunidade, especialistas também discutiram acerca do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



Acesse o canal da EPCP no YouTube e assista ao seminário sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



Procuradora-Geral do MPC junto ao TCESP é nomeada pelo Governador

Candidata mais votada para compor a lista tríplice da carreira, **Letícia Formoso Delsin Matuck Feres** foi nomeada pelo Governador do Estado de São Paulo, **Tarcísio de Freitas**, como **Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCESP**.

A nova Procuradora-Geral substituiu Thiago Pinheiro Lima. **Esta é a primeira vez que uma mulher comanda o MPC junto ao TCESP, criado em 2012. O cargo tem mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução.** Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Letícia Feres é Especialista em Direito da Infraestrutura pela Fundação Getúlio Vargas, tendo atuado na Advocacia Contenciosa junto ao Tribunal de Justiça do Estado de SP. No TCE, foi titular da 7ª Procuradoria do MPC.

A solenidade de posse ocorreu no dia 29 de março, no Auditório Nobre, na Capital, e contou a participação do Senhor Presidente; do Vice-Presidente, Renato Martins Costa; do Corregedor, Antonio Roque Citadini; e dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Robson Marinho, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho. Também estiveram presentes o Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP, Luiz Menezes Neto; o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi; o Vice-Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, Gabriel Bittencourt Perez; Procuradores do MPC; Auditores; Chefes de Gabinete; servidores e convidados.



TCE fiscaliza unidades de Saúde de municípios paulistas



Também ocorreu a primeira fiscalização ordenada do ano. Em uma ação coordenada, no dia 30 de março, o Tribunal **vistoriou, de forma surpresa e concomitante, 454 unidades de Saúde localizadas em 238 municípios paulistas.**

A ação ocorreu em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Saúde da Família (USF) localizadas no interior, litoral e na Região Metropolitana de São Paulo. **Os trabalhos de campo envolveram 448 Agentes da Fiscalização do TCE.**

Em quase metade das cidades auditadas (46,87%) faltavam medicamentos. Foram encontrados problemas, principalmente, nos estoques de antibióticos; remédios para hipertensão arterial e para tratamento de doenças mentais e diabetes. Em 7% dos locais visitados também havia produtos vencidos.

Irregularidades na conservação, segurança, organização e limpeza apareceram em 27% das unidades inspecionadas. Salas com mofo e rachaduras nas paredes, cadeiras de quebradas, prédios e banheiros sem acessibilidade estão entre os principais registros.

No caso das USF, 45% não possuíam equipes completas. Em mais da metade delas não havia agentes comunitários, encarregados do cadastro, orientação e acompanhamento das famílias. Em outras, faltavam médicos.



Confira o relatório com a compilação de dados obtidos durante a I Fiscalização Ordenada de 2023.



Campanha para doação de sangue



O Tribunal de Contas, em parceria com a Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria de Turismo e Viagens e o Tribunal de Justiça do Estado (TJSP) realizou, no dia 30 de março, uma ação conjunta para doação de sangue.

As bolsas de sangue coletadas durante as três horas de duração da campanha – Quantidade suficiente para beneficiar até 236 pessoas – foram destinadas ao atendimento de cerca de 100 órgãos públicos da rede estadual de saúde, entre eles o Hospital das Clínicas, o Instituto do Coração, o Instituto do Câncer de São Paulo e o Hospital Dante Pazzanese.

A coleta, voltada exclusivamente aos servidores das instituições participantes, foi feita nas dependências da Corte de Contas com o apoio da Fundação Pró-Sangue. A instituição – que é ligada à Secretaria da Saúde do Governo do Estado de SP e ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – disponibilizou toda a estrutura logística necessária ao serviço de coleta externa.

Ao final das doações, a Fundação Pró-Sangue concedeu ao TCESP um certificado de agradecimento pelo projeto.



Veja o álbum de fotos da campanha para doação de sangue do TCESP no Flickr da instituição.



Campanha de produtos para mulheres em vulnerabilidade



arrecadação até
31/3

VOCÊ PODE DOAR:

- ▶ Absorventes
- ▶ Coletores menstruais
- ▶ Lenços umedecidos
- ▶ Sabonetes íntimos
- ▶ Calcinhas absorventes novas, com etiqueta

PONTOS DE ARRECADAÇÃO:

- ▶ DASAS (Sede)
- ▶ Unidades Regionais

Você sabia que quase 1/4 das jovens brasileiras entre 15 e 17 anos não tem dinheiro para comprar absorventes?

Participe da campanha TCESP SOLIDÁRIO e ajude a combater a pobreza menstrual!

TCESP SOLIDÁRIO

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE ÍNTIMA FEMININA

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Atento com a questão da quantidade de mulheres em situação de rua e vulnerabilidade socioeconômica, o TCESP realizou arrecadação de itens e produtos de higiene pessoal feminina.

A campanha, desenvolvida entre 8 e 31 de março, em alusão ao Mês das Mulheres, foi coordenada por esta Presidência. Durante o período foram coletados mais de 5 mil itens, entre sabonetes íntimos, shampoos, condicionadores, absorventes, calcinhas absorventes, lenços de papel e umedecidos.

A ação foi realizada tanto na Capital quanto nos 20 municípios paulistas localizados no interior e no litoral que sediam Unidades Regionais (URs) do TCESP.

Os itens foram entregues a mulheres, adolescentes e meninas que vivem em situação de vulnerabilidade e sofrem com a falta de recursos, inclusive, para manter a higiene no período menstrual.

Relações institucionais

Audiência com Governador do Estado



No âmbito das Relações Institucionais, **destaca-se a visita da Mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao Governador Tarcísio de Freitas**, no dia 10 de março, no Palácio dos Bandeirantes, na Capital paulista. Participaram da reunião o Senhor

Presidente; o Vice-Presidente, Conselheiro Renato Martins Costa; e o Conselheiro-Corregedor, Antonio Roque Citadini. Também esteve presente a Assessora-Chefe da Assessoria Técnica do Governo (ATG), Eugenia Cristina Cleto Marolla.

TCE recebe visita de Secretários de Estado



No mesmo mês, **visitaram o Tribunal de Contas os Secretários Estaduais de Desenvolvimento Urbano e Habitação e dos Transportes Metropolitanos**. Marcelo Cardinale Branco foi nomeado em 1º de janeiro para comandar a Pasta responsável pelas políticas habitacionais e

de padronização do desenvolvimento urbano em território paulista. Já Marco Antonio Assalve, nos Transportes desde junho de 2022, foi reconduzido ao cargo pelo Governador Tarcísio de Freitas. Participaram da reunião o Presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Pedro Moro; o Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), Francisco Wakebe; o Diretor de Assuntos Corporativos do Metrô, Alfredo Falchi Neto; a Chefe de Gabinete da STM, Roberta Campedelli; o Secretário Executivo, Manoel Marcos Botelho; e o Coordenador de Relações Institucionais, Mauriti de Oliveira Filho.

Reunião no Palácio da Justiça



Em fevereiro, o **Senhor Presidente**, acompanhado do **Vice-Presidente**, **Renato Martins Costa**, e do **Corregedor**, **Antonio Roque Citadini**, visitou o **Palácio da Justiça**, sede do **Tribunal de Justiça do Estado**. Na oportunidade, os integrantes da Mesa

Diretora desta Corte participaram de reunião com o Presidente do TJ-SP, Desembargador Ricardo Anafe.

Visita institucional à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



O Senhor Presidente, o Vice--Presidente Renato Martins Costa e o Corregedor Antonio Roque Citadini, fizeram, em fevereiro, uma **visita oficial à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)**. Na oportunidade, os Conselheiros do Tribunal de

Contas do Estado foram recepcionados pelo Deputado Carlos Pignatari.

Audiência com Diretoria da Fundação Faculdade de Medicina



Também em fevereiro, o Senhor Presidente recebeu a **visita do Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina (FFM)**, **Arnaldo Hossepian Junior**. Entidade privada, sem fins lucrativos, a fundação foi criada para promover o ensino, a pesquisa e

a assistência em saúde por meio do apoio às atividades da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e do Hospital das Clínicas (HCFMUSP). Ainda participaram do encontro a Diretora Jurídica da FFM, Carmen Cervantes Ghiselli; o Diretor Financeiro, Amaro Angrisano; o Secretário-Diretor Geral do TCESP, Sérgio Ciquera Rossi; o Chefe de Gabinete desta Presidência, José do Carmo Mendes Júnior; e o Assessor da Presidência, Juan Francisco Carpenter.

Agenda no Ministério Público Estadual



Ainda no mesmo mês, **os membros da Mesa Diretora reuniram-se com Mário Luiz Sarrubbo, Procurador-Geral de Justiça, na Capital paulista.** Também estiveram presentes o Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, Wallace Paiva Martins Junior;

o Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Fernando Pereira da Silva; o Coordenador do Núcleo de Inteligência e Gestão de Conhecimento do MPSP, Leonardo Leonel Romanelli; e a Chefe de Gabinete do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva, Camila Moura e Silva.

Reunião com Procuradora-Geral do Estado



O Tribunal de Contas do Estado **recebeu, em 13 de fevereiro, a visita da Procuradora-Geral do Estado, Inês Maria dos Santos Coimbra de Almeida Prado, reconduzida ao cargo pelo Governador Tarcísio de Freitas no início do ano.** A Procuradora-

-Geral foi recebida pelo Presidente do TCESP, Conselheiro Sidney Beraldo. Também participaram do encontro o Procurador-Geral do Estado Adjunto, Caio Cesar Guzzardi da Silva; o Chefe de Gabinete da Presidência, José do Carmo Mendes Júnior, e o Assessor da Presidência, Juan Francisco Carpenter. À frente da instituição desde abril de 2022, Inês Coimbra é a quinta mulher a ocupar o posto máximo da PGE/SP.

Presidente da Alesp se reúne com Colegiado do TCESP



Eleito **Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para o biênio 2023-2024, o Deputado Estadual André do Prado participou, no dia 29 de março, de audiência** com o Senhor Presidente e

membros do Colegiado. Prestigiaram o encontro o Vice-Presidente, Conselheiro Renato Martins Costa; o Conselheiro-Corregedor, Antonio Roque Citadini; os Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Robson Marinho, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho; e o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi.

Tribunal compartilha tecnologia de fiscalização com TCE-AP



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo compartilhou com integrantes da Corte de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) informações referentes às fiscalizações ordenadas, vistorias feitas de forma surpresa,

concomitante e em tempo real para a verificação dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos. Durante o encontro, ***os integrantes da Corte amapaense ouviram sobre a metodologia utilizada; as técnicas para a elaboração de roteiros e aplicação de questionários; e o processo de coleta, compilação e validação de dados.*** A iniciativa, implantada pelo TCESP em 2016, além de possibilitar o aperfeiçoamento da atividade do controle externo, permite que os entes fiscalizados corrijam mais rapidamente eventuais irregularidades apontadas durante as vistorias.

1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2023, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Presidente, o Conselheiro Renato Martins Costa, Vice-Presidente, e o Conselheiro Antonio Roque Citadini, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – CORREGEDOR**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS

No 1º trimestre de 2023, foram distribuídos aos julgadores **71** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
Acessório 1 – Ordem Cronológica	1	0	1
Balanço Geral do Exercício	1	0	1
Contrato	4	0	4
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Entidade Privada – Convênio	1	1	2
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Contratos de Gestão	4	0	4
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Termo de Parceria	1	0	1
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos – Convênio – Valor Superior	7	0	7
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos Convênios	3	0	3
Recurso Ordinário	33	0	33
Relatório de Fiscalização	1	0	1
Rescisão de Julgado	9	0	9
Revisão de Julgado	5	0	5
TOTAL	70	1	71

2.2 ELETRÔNICOS

No 1º trimestre de 2023, foram distribuídos **5.716** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GRCMC	GCRRM	GCCCM	GCSEB	CA	GP	
Ações	-	2	1	2	1	1	-	4	11
Adiantamentos	7	6	6	7	6	6	-	3	41
Atos de Pessoal	4	7	7	4	9	5	1.041	2	1.078
Balanço Geral do Exercício	-	-	-	-	-	1	2	-	3
Concurso Público	-	1	1	-	-	-	-	-	1
Contas de Prefeitura	43	46	43	39	36	44	-	-	251
Contratos	202	181	181	141	213	242	262	7	1.429
Controle de Prazos	3	3	4	4	4	4	13	-	35
Exame Prévio de Edital	111	102	104	104	104	108	-	3	636
Expedientes	44	38	45	67	28	41	30	98	391
Expedientes do Ministério Público	27	24	13	14	13	19	31	102	243
Expedientes do Poder Judiciário	5	12	4	10	20	15	5	27	98
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	20	20
Recursos	77	74	88	85	87	79	19	82	591
Relatório de Fiscalização	-	11	1	5	3	77	-	-	97
Repasses Públicos	105	94	97	105	111	110	55	-	677
Representação	15	14	12	9	13	8	42	1	114
Total Geral	643	615	605	596	648	760	1.500	349	5.716

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS

5.787

3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 1º trimestre do presente exercício, foram realizadas **8 Sessões Ordinárias, 1 Sessão Ordinária Virtual e 1 Sessão Especial, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **354 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **435 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.
- Elegeu a nova Mesa Diretora para o exercício de 2023.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **8 Sessões Virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **7 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **770 processos**;
- A Segunda Câmara também reuniu-se em **7 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **728 processos**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

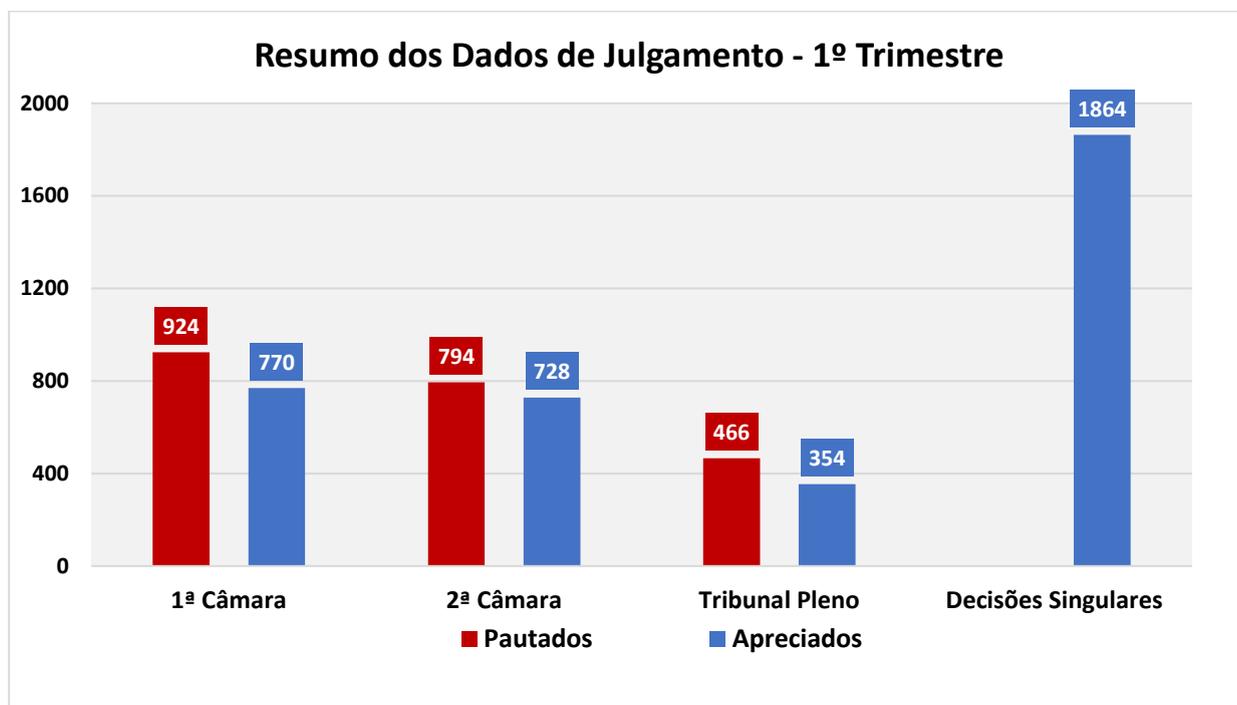
No 1º trimestre de 2023 foram proferidas **784 sentenças**, as quais foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e seus impedimentos. No **1º trimestre de 2023, 1.080 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores.

O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 1º Trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público de Contas **7.454 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. Durante o 1º trimestre de 2023, a PFE se manifestou em **1.518 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.392 processos**.

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e as discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados (SDG-3), no período, **2.622 processos**, dos quais **225** resultaram em notas taquigráficas (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **4.482 certidões**.

6.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, **1 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **5.141 processos** pelos Departamentos de Supervisão da Fiscalização.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	550
Processos Eletrônicos	4.591

Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativos:

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	34	39	42	115
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1	-	-	1
AUTARQUIA ESTADUAL	-	-	1	1
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	8	3	3	14
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	-	1	1
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	-	1	2	3
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	2	2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	4	-	9	7
SECRETARIA	-	2	-	2
TRIBUNAL	-	1	-	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	-	33	30	63
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	-	8	8
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	6	564	270	840
TOTAIS	53	643	362	1.058

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	140	125	144	409
AUTARQUIA MUNICIPAL	-	-	17	17
CÂMARA MUNICIPAL	-	5	86	91
CONSÓRCIO MUNICIPAL	-	1	7	8
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	-	2	2	4
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	2	-	-	2
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	4	4
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	10	5	7	22
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	-	-	1	1
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	-	-	4	4
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	3	3
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	2	1	2	5
PREFEITURA MUNICIPAL	2	13	23	38
TOTAIS	156	152	300	608

Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

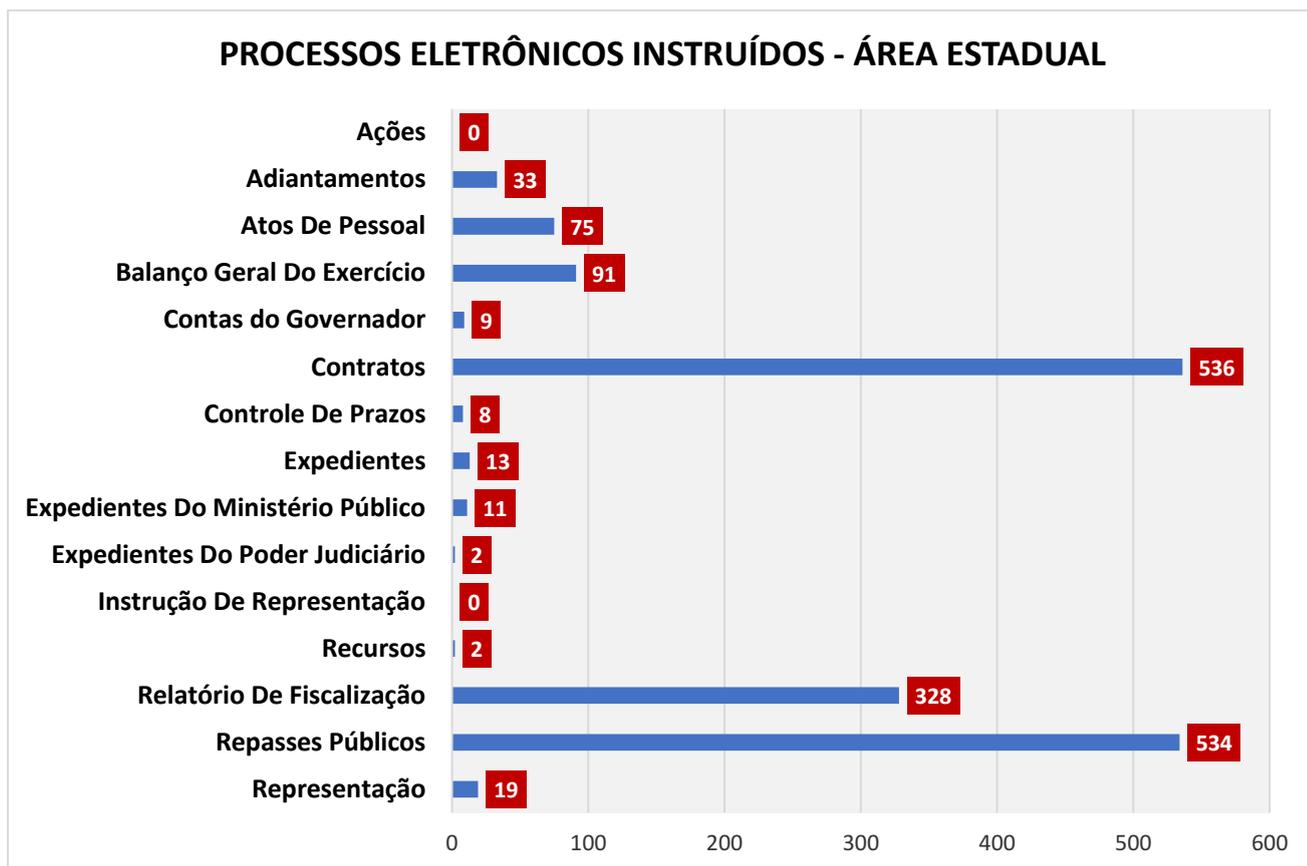
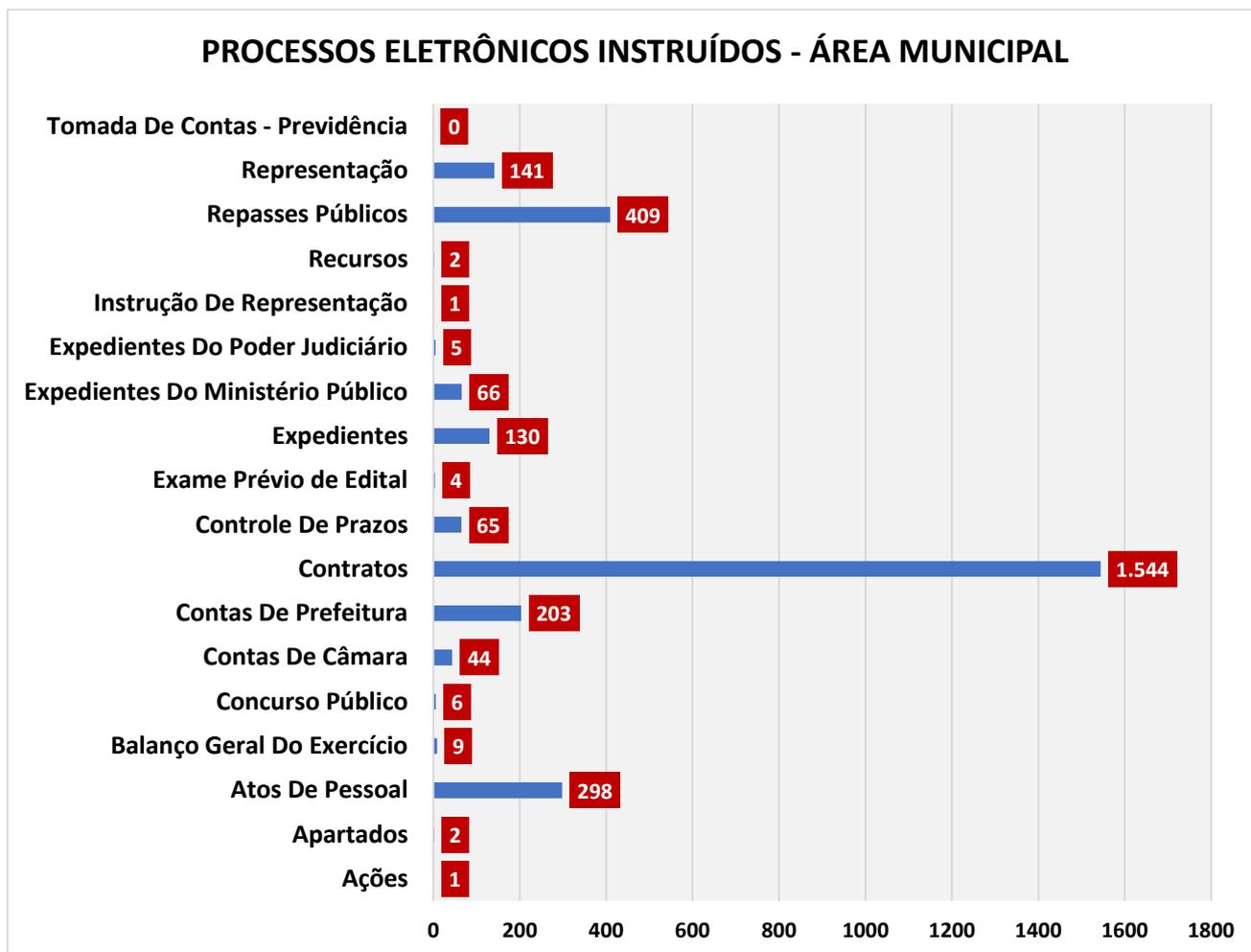


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvem a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações Municipais e Estadual.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **27 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **49 processos** da mesma natureza. No fim de março, o Núcleo registrou um total de **648 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, a ATJ exarou **3.951 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, pela manutenção e pelo desenvolvimento do Sistema AUDESP, que coleta, por meio da Tecnologia da Informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade dos dados e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento das inspeções nos órgãos jurisdicionados.

No primeiro trimestre de 2023, a Divisão de Auditoria Eletrônica conduziu as seguintes atividades macro analíticas, por meio de suas seções:

AUDESP-1 – Seção de Planejamento e Informações Estratégicas: avaliação de eficácia escolar da rede municipal de ensino; análise de variáveis relativas à jornada de trabalho de médicos que atuam em estabelecimentos públicos de saúde; desenvolvimento de relatórios RIS, PIS, RIP e RECON; ajustes nos Sistemas Áquila, Alice e FARO; implementação de dispositivos nos sistemas compartilhados do TCU para identificação de acúmulos de cargos/funções públicas; atualizações e ajustes nos processos sistêmicos na Matriz de Risco para o controle externo; análise de Atos de Pessoal (Audesp Fase III e SISCAA).

AUDESP-2 – Seção Operacional: atendimento de abertura de chamados/ocorrências para público interno e externo em face dos Sistemas SisCAA/SisCAAWeb; extrações e análises de dados para os Sistemas ARES e ÁQUILA; avaliações e intervenções técnicas no Sistema AUDESP para as Fases I e II; avaliações e intervenções técnicas no Sistema SISCOE; exploração e ajustes de dados no Sistema Portal da Transparência; ajustes e melhorias operacionais no Sistema AUDESP para a Fase IV; desenvolvimento do Sistema AUDESP para a Fase III; elaboração de demonstrativos do Sistema AUDESP para o controle externo; extrações de dados, interpretação para o controle social e auditoria para o Sistema Portal Bl.

AUDESP-3 – Seção de Indicadores: execução de tarefas para composição e apuração do IEG-M 2022; validação dos Relatórios de Desempenho Municipal (RDMs) gerados para os Ciclos de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais; levantamento de dados do litoral Norte - i-Cidade/DefesaCivil; compilação dos dados sobre primeira infância para palestra do IRB; atualização do *infosite* do IEG-M com dados de 2021; elaboração de robô de extração dos dados de presentes e ausentes no SAEB; reunião com Presidência, SDG e ATJ sobre processos internos do TCESP; reunião sobre IEG-M Brasil; reunião com TCE-AP sobre IEG-M Brasil; reunião com Prodesp, DTI e UR-02 sobre Painéis de Análise utilizando dados do IEG-M no Datalake; reunião ordinária do Observatório do Futuro; reunião com Presidência, DSFs e gerentes do Objetivo 3 sobre Planejamento Estratégico; reunião Rede Indicon – Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas em Salvador/BA; elaboração do Anuário 2014-2021 – análise dos gráficos e elaboração textual; participação e apresentação no 27º CAAPEFIS; elaboração da planilha de validação do motor de cálculo IEG-M 2022; acompanhamento do status de preenchimento IEG-M e IEG-Prev 2022; geração do codificador de perguntas para o Gerenciador Web; participação no 27º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais de Presidente Prudente.

6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 2 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.778 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.614, de 26 de dezembro de 2022, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2023” foi elaborado em observância à Lei nº 17.555, de 20 de julho de 2022, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2023”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada **em R\$ 1.148.701.152,00, sendo R\$ 1.139.149.578,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 9.551.574,00 para as Despesas de Capital.**

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.555/22), o Decreto n.º 66.447, de 13 de janeiro de 2023, e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 18 de janeiro de 2023.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado (PODE) encontra-se no Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2022 (Decreto n.º 66.447/2023) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de R\$ 881.182,00, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias (SAO) da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 2001/2023-1-0001, concluído em 13/2/2023, referente a Crédito Suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no valor total de R\$ 118.818,00 à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, com efeitos retroativos a 31 de Janeiro de 2022, no Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, visando à cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO nº 2001/2022-1-00001 (em anexo), apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO nº 20007/2023-1-0002.

2. Expediente SAO nº 2001/2023-4-0003, concluído em 15/2/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 50.000,00 (Conta 33.90.31), com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2023 de 31/01/2023, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, com o intuito de assegurar o pagamento

da Premiação do Concurso de Monografias do TCESP tema “Orçamento Público” (Prêmio Jorge Tibiriçá Piratininga de Orçamento Público 2022).

3. Expediente SAO n.º 2001/2023-4-0005, concluído em 3/3/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 950.000,00 (Conta 33.90.39), com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2023 de 31/1/2023, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, visando à contratação de serviços de organização, transporte, arquivamento e guarda de processos conforme SEI 1254/2023-40;

4. Expediente SAO n.º 2001/2023-1-0006, concluído em 29/3/2022, referente a Crédito Suplementar, no valor total de R\$ 700.000,00 (Conta 33.90.40), com oferecimento de recursos provenientes do Tesouro, Fonte 001, ação 4821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, elemento 33.90.40 (Serviços de TI – PJ), resultante da redução no valor dos projetos de informática desta Corte.

4.1. Suplementação

Conta 44.90.52 (Equipamentos e material permanente), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 700.000,00 para aquisição de materiais permanentes.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2023 e, em seguida, a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Ressalte-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento de cada mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Fevereiro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Março	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Abril	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Mai	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Junho	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Julho	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Agosto	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Setembro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Outubro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Novembro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Dezembro	83.247.173	11.736.596	363.390	-	12.099.986	95.347.159
TOTAL	994.589.286	140.218.873	4.341.419	-	144.560.292	1.139.149.578

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Fevereiro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Março	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Abril	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Mai	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Junho	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Julho	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Agosto	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Setembro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Outubro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Novembro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Dezembro	585.900	213.590	-	799.490	96.146.649
TOTAL	7.000.000	2.551.574	-	9.551.574	1.148.701.152

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.849.283	11.677.309	361.639	-	12.038.948	94.888.231
Fevereiro	82.849.283	11.657.023	411.639	-	12.068.662	94.917.945
Março	82.849.283	10.957.023	861.639	-	11.818.662	94.667.945
Abril	82.849.283	11.657.023	411.639	-	12.068.662	94.917.945
Mai	82.849.283	11.657.023	411.639	-	12.068.662	94.917.945
Junho	82.849.283	11.657.023	411.639	-	12.068.662	94.917.945
Julho	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Agosto	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Setembro	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Outubro	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Novembro	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Dezembro	83.247.173	11.736.596	413.390	-	12.149.986	95.397.159
TOTAL	994.589.286	139.400.055	5.341.419	-	144.741.474	1.139.330.760

(Valores em R\$ 1)
Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	583.100	212.544	-	795.644	95.683.875
Fevereiro	583.100	212.544	-	795.644	95.713.589
Março	1.283.100	212.544	-	1.495.644	96.163.589
Abril	583.100	212.544	-	795.644	95.713.589
Mai	583.100	212.544	-	795.644	95.713.589
Junho	583.100	212.544	-	795.644	95.713.589
Julho	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Agosto	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Setembro	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Outubro	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Novembro	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Dezembro	585.900	213.590	-	799.490	96.196.649
TOTAL	7.700.000	2.551.574	-	10.251.574	1.149.582.334

(Valores em R\$ 1)
Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.850.905,55	35.046.858,66	660.012,29	-	35.706.870,95	118.557.776,50
Fevereiro	79.637.181,18	16.421.254,09	729.028,61	-	17.150.282,70	96.787.463,88
Março	82.234.976,40	11.958.489,36	9.368,05	-	11.994.857,41	94.229.833,81
TOTAL	244.723.063,13	63.453.602,11	1.398.408,95	-	64.852.011,06	309.575.074,19

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	86.930,00	-	86.930,00	118.644.706,50
Fevereiro	1.944,60	90.560,00	-	92.504,60	96.879.968,48
Março	-	-	-	-	94.229.833,81
TOTAL	1.944,60	177.490,00	-	179.434,60	309.754.508,79

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.841.259,55	6.235.111,46	50.949,79	-	6.286.061,25	89.127.320,80
Fevereiro	79.296.465,18	7.821.782,80	5.614,22	-	7.827.397,02	87.123.862,20
Março	82.235.718,40	9.803.905,19	39.023,63	-	9.842.928,82	92.078.647,22
TOTAL	244.373.443,13	23.860.799,45	95.587,64	-	23.956.387,09	268.329.830,22

(Valores em R\$ 1)
Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	89.127.320,80
Fevereiro	-	-	-	-	87.123.862,20
Março	-	35.720,00	-	35.720,00	92.114.367,22
TOTAL	-	35.720,00	-	35.720,00	268.365.550,22

(Valores em R\$ 1)
Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º bimestre, foi publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado no dia 6 de abril de 2023.

6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento (DTI-1); Seção Técnica de Segurança da Informação (DTI-2); Divisão de Sistemas (DSIS); e Divisão de Tecnologia (DTEC), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento de Tecnologia da Informação atuou no apoio técnico à **I Fiscalização Ordenada de 2023**, que avaliou o tema “**Estratégia Saúde da Família**”.

Quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI disponibilizou, no 1º trimestre, **o Painel Concessões de Rodovias**, que apresenta os dados dos contratos vigentes no Estado de São Paulo, nas modalidades de concessão comum e patrocinada (Parceria Público-Privada).

Também atuou na implementação de melhorias a sistemas **como Portal do Controle Externo, Aplicativo Portal TCESP, Portal Gerencial DGA, Infosites do IEG-M e IEG-Prev**, atualizando não só os dados para consulta, como também adicionando novas funcionalidades e aperfeiçoamentos.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **3.512 atendimentos telefônicos**, sendo **1.917 para usuários internos e 1.471 para usuários externos (150 ligações foram abandonadas)**. No período também foram gerados **6.473 chamados de atendimento**, com um total de **6.514 finalizados**.

6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão e representações, além de avaliação, sob perspectiva jurídica, a conteúdo de expedientes diversos. Atua ainda na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos feitos judiciais.

O GTP, no primeiro trimestre, elaborou **1.166 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **84 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **608 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

Ao GTP também está vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **110 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de *podcasts*, que contaram com **41.245 participantes e 55.798 visualizações**.

Destacam-se:

- a) **27º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento de Pessoa (CAAPEFIS):** realizado entre 6 e 8 de fevereiro, o evento, que tem como foco central o compartilhamento de informações e conhecimentos, ocorreu nas dependências do Centro de Convenções Rebouças, com a participação de servidores da Capital e de todas as Unidades Regionais do TCESP. Na ocasião, foram abordados temas relevantes para o exercício do controle externo: Nova Lei de Licitações, Previdência, LGPD e Segurança da Informação, Planejamento Estratégico, Fundeb, Obras Públicas, Contas Municipais, Saneamento Básico, Controle Interno, Concessões e PPPs, entre outros. Pela primeira vez foram contempladas, além da Fiscalização, as áreas de Administração e Tecnologia da Informação, com temas focados em assuntos de interesse desses departamentos.

- b) **Continuidade do Programa de Liderança:** realização de *workshops* em formato *online* direcionados a novos gestores, com o tema Emoção e Autoconhecimento, contemplando 60 servidores. Além disso, foi realizado, no período, um novo curso abordando *soft skills*, com quatro turmas de Produtividade e Gestão do Tempo, do qual participaram 79 servidores. A série “Diálogos no TCESP” teve continuidade com a apresentação da pesquisa sobre “Clima Organizacional”.

- c) **Nova Lei de Licitações:** tendo em vista a alta demanda por esse tema, antes da publicação da Medida Provisória 1167/2023, o Tribunal promoveu mais uma série de palestras sobre o assunto. A procura pelo curso, tanto no formato presencial quanto no *online*, foi alta e mais de 23 mil pessoas acessaram o canal da EPCP no YouTube para assistir ao conteúdo.

- d) **Curso de Formação para novos servidores:** com a nomeação de novos Agentes da Fiscalização, houve mais uma edição do curso de formação de novos servidores entre os dias 23 e 24 de fevereiro. O formato mesclou encontros presenciais, *online* e material autoinstrucional.
- e) **Integridade no setor público:** com a presença do Doutor em Administração Pública e Governo pela FGV-SP Mário Spinelli, o evento teve o objetivo de debater o assunto e as formas de implementar o sistema de integridade no âmbito do Tribunal. Entre público presencial e *online*, mais de 350 servidores acompanharam o curso.

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – **realizou 744** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º Trimestre

1º Trimestre - 2023	Quantidade	Número de Participantes	Visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	77	41.050	55.268
<i>Reuniões e visitas técnicas</i>	29	195	-
<i>Podcontas</i>	4	-	530
TOTAL	110	41.245	55.798

6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, pela organização, pela coordenação, pelo aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte. No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre

	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Atendimentos	Telefone	390	433	530	1.353
	Fale Conosco	577	601	734	1.912
	“Web”	229	221	280	730
	“Phone”	6	1	2	9
	E-mail	6	11	8	25
	Outros	336	368	443	1.147
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		236	264	426	926
Envio de e-mails (Comunicados)		147	166	187	500
Cadastros	Advogados	100	119	131	350
	Partes	463	480	580	1.523
	Órgãos	26	14	45	85
	Participação PILOTO ¹	1	1	2	4
	Processos Cadastrados PILOTO	0	0	3	3
	Liberação do PILOTO para Produção	0	0	1	1

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, à evolução e à manutenção do e-TCESP, destacam-se a disponibilização do sistema e-TCESP (produção e piloto) para acesso via internet; os estudos para a distribuição de Contas Municipais segundo o grau de risco do município; e os ajustes no serviço disponibilizado ao AUDESP/Áquila, de modo a abranger nas pesquisas os processos de Contas Anuais.

6.6. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 08/2022 e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o acompanhamento e a coordenação dos processos de planejamento, bem como das informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

Quanto à gestão e ao monitoramento do Plano Estratégico 2022-2026, para além das atividades rotineiras de acompanhamento do portfólio de projetos, neste primeiro trimestre, a Diretoria atuou na organização do balanço das entregas concluídas em 2022 e no levantamento das ações previstas para 2023.

O material foi organizado em conjunto com gestores e gerentes de cada Objetivo Estratégico e foi apresentado na 2ª reunião do Comitê Estratégico Institucional, realizada no mês de fevereiro. Ao final do período, o portfólio do Plano Estratégico 2022-2026 contava com 130 projetos, dos quais 27 já concluídos.

Com o objetivo de adequar e aprimorar o monitoramento do Plano Estratégico, a Diretoria subsidiou o Exmo. Conselheiro-Presidente na definição do Portfólio de Projetos da Gestão 2023, constituído por 31 projetos, que estão sendo acompanhados de forma prioritária pela equipe da Seção de Planejamento e Projetos Estratégicos (DCE-1).

Dentre os projetos estratégicos prioritários, destacam-se a revisão da minuta para regulamentação do Plano de Contratações Anual no âmbito do TCESP e a realização de evento com transmissão ao vivo para os servidores da Casa sobre Integridade no Setor Público, com o palestrante Mário Spinelli.

Durante o 27º CAAPEFIS, a DCE expôs, para um público de aproximadamente 800 servidores, suas principais atribuições, seus integrantes, o Mapa Estratégico 2022-2026 e a composição do portfólio de projetos. No mesmo evento, a Diretoria organizou e conduziu palestra sobre o tema "Sistema de Integridade", na qual foram apresentadas a Controladoria, a Ouvidoria – inclusive a das Mulheres –, a Comissão de Ética e a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD).

Representantes da DCE participaram, ainda, da elaboração e condução de outras três oficinas: (i) "Diálogos entre Fiscalização e Gabinetes", na qual foi destacado o impacto dos relatórios de fiscalização nas decisões envolvendo contas de Prefeitura, repasses ao Terceiro Setor e Contratos; (ii) "Oficina com Representantes das Áreas sobre Clima Organizacional", em conjunto com a DGP, na qual foram discutidas as ações que poderiam gerar mais contribuições para as equipes; (iii) "Projetos preditivos e ágeis", com a apresentação de conceitos de gerenciamento de projetos, diferenciação das abordagens preditivas e ágeis e atividade prática para planejamento inicial de um projeto fictício.

No campo das informações gerenciais, a Diretoria elaborou e encaminhou à Presidência da Casa relatório de contrainteligência sobre eventuais ameaças ao TCESP e a seus servidores.

Dentre as atividades de rotina da Seção de Informações Gerenciais (DCE-2), foram estabelecidos contatos e fluxos de trocas de informações com unidades de inteligência de órgãos públicos das diversas esferas federativas, além de interlocução com instituições financeiras para realização de projeto piloto objetivando o cruzamento de dados das folhas de pagamento das Prefeituras Municipais.

Visando a manter e celebrar novos convênios e acordos de cooperação, a DCE-2 estabeleceu contato com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ), o CADE, o MPSP, a Universidade de São Paulo (USP) e a Rede Infocontas da ATRICON, na qual a DCE atua na coordenação do grupo de trabalho sobre auditoria nas Organizações Sociais de Saúde.

Por fim, representante da Diretoria de Coordenação Estratégica participou da 1ª Plenária do FOCCO-SP, colaborando diretamente na 5ª ação, com enfoque no desenvolvimento de ferramenta para consulta de apenados.

6.7. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 08/2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos.

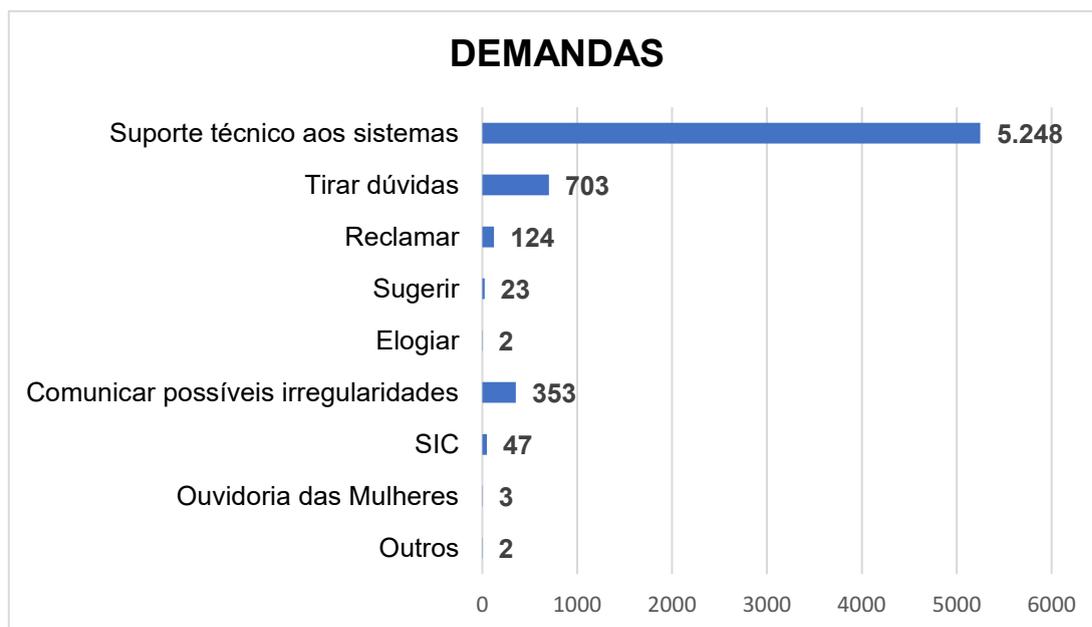
No período, a Diretoria preparou **734 despachos no âmbito do Sistema SEI (administrativo), além de 952 minutas de despachos no e-TCESP.**

Também conduziu as tarefas necessárias à realização de **4 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno.** Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

6.8. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/3/2015 – realizou **1.257 atendimentos** neste trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **47 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:



Registre-se ainda o total de **5.248 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte de Contas paulista, responsáveis pelos respectivos atendimentos.

6.9. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal. Nesse sentido, a CCS responde pelo desenvolvimento de ações de comunicação externa e interna, promovendo o fluxo adequado de informações entre o público externo, os jurisdicionados e servidores.

No 1º trimestre de 2023, foram produzidas pela CCS:

- **103 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e fatos institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos) com um total de **1.865.076** visualizações;

- **9 edições** de *newsletters* enviadas a **33.920** destinatários, contendo as principais notícias e os *links* das decisões e dos julgamentos das 1ª e 2ª Câmaras e do Tribunal Pleno;

- **27 publicações**, abrangendo manuais de cunho orientativo e institucional, artigos, boletins e anuários;

- Além disso, registrou-se **2.234** menções feitas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo na mídia convencional, abrangendo televisão, rádio, *sites* noticiosos, blogues, revistas e jornais impressos e veiculados em meio eletrônico e

- **1.690** registros de menções ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em redes sociais.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às redes sociais em que o TCESP se faz presente:



A página registra 15.615 curtidas de página e 18.955 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.



Totaliza 9.781 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 5.090 seguidores.



Registra 10.047 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013, além de 592.818 visualizações.



19.119 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.



São 2.411 publicações desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram em 2016, com 9.822 seguidores.

6.10. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.11. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional.

Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No 1º trimestre de 2023, o Cerimonial atuou em **12 eventos internos, 16 receptivos e 2 eventos externos, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.**

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **1º trimestre de 2023**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE

8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 11 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE TCESP
GP	11/2023	Lista de Exames Prévios de Editais - Sessão de 29/3/2023.	31/3/2023
GP	10/2023	Lista de Exames Prévios de Editais - Sessão de 22/3/2023.	24/3/2023
GP	9/2023	Listas de Exames Prévios de Edital - Sessão 15/3/2023.	16/3/2023
GP	8/2023	Listas de Exames Prévios de Editais - 8/3/2023.	9/3/2023
GP	7/2023	Listas de Exames Prévios de editais - Sessão de 1/3/2023.	2/3/2023
GP	6/2023	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 15/2/2023.	17/2/2023
GP	5/2023	Listas de Exames Prévios de Editais - Sessão de 8/2/2023.	9/2/2023
GP	4/2023	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 1/2/2023.	3/2/2023

GP	3/2023	Alerta sobre o atendimento à Lei Federal nº 13.425/2017.	2/2/2023
GP	2/2023	Volume de processos julgados no 4º trimestre do exercício de 2022, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular.	1/2/2023
GP	1/2023	Total movimentação de processos em tramitação relativa ao período de janeiro a dezembro em todas as dependências da Casa.	1/2/2023

Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOETCESP
SDG	14/2023	Destinação dos Resíduos Sólidos.	24/3/2023
SDG	13/2023	Manutenção e desenvolvimento do ensino.	16/3/2023
SDG	12/2023	Plano de Contratações Anual.	16/3/2023
SDG	11/2023	Movimentação de processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.	15/3/2023
SDG	10/2023	Ciclo de Debates - Presidente Prudente – 16 de março de 2023.	15/3/2023

SDG	9/2023	Contas anuais e ajustes.	2/3/2023
SDG	8/2023	Proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios.	2/3/2023
SDG	7/2023	Planos de proteção e de defesa civil.	16/2/2023
SDG	6/2023	Valor atualizado de remessa - Convênios, Contratos, Termos de Parceria e demais citados.	10/2/2023
SDG	5/2023	Serviços de Manutenção.	9/2/2023
SDG	4/2023	Composição do Tribunal Pleno e Câmaras Julgadoras - Exercício de 2023.	3/2/2023
SDG	3/2023	27º Ciclo de Debates - Encontros com Agentes Políticos e Públicos.	3/2/2023
SDG	2/2023	Entidades proibidas de novos repasses.	3/2/2023
SDG	1/2023	Entidades proibidas de novos repasses.	11/1/2023



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo